

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República

O relatório da auditoria do Tribunal de Contas (TC) aos contratos celebrados entre a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT) e o Hospital da Cruz Vermelha (HCV), divulgado no mês de Outubro, acusa o Ministério da Saúde de gastar, desnecessariamente, milhões de euros e de subutilizar os recursos existentes no Serviço Nacional de Saúde (SNS).

O documento, arrasa os acordos de cooperação estabelecidos entre a ARSLVT e o HCV, para que este realize cirurgias cardiotorácicas a doentes vindos de hospitais públicos. O mesmo documento critica o atual Governo pela assinatura de um novo protocolo para 2013, que custará ao Estado cerca de 7,6 milhões de euros, quando em 2011, o mesmo TC, se tinha já oposto à realização de tais acordos, devido às manifestas desvantagens para o Estado.

De acordo com o referido relatório, os acordos fixados partem do pressuposto de que o SNS não terá capacidade instalada para realizar as cirurgias necessárias. Tal é refutado pois **“a celebração dos acordos de cooperação não tem sido sustentada em estudos de análise custo-benefício ou em qualquer outros estudos económicos com o mínimo de cientificidade”** e que **“a negociação não tem sido fundamentada em indicadores de eficiência do SNS, nomeadamente em termos da utilização da capacidade instalada e de custos”**.

Além da subutilização de recursos existentes no SNS, o documento aponta para o custo muito elevado das cirurgias realizadas no HCV, na medida em que **“os custos unitários por doente tratado, suportados pela ARSLVT no âmbito dos Acordos de Cooperação, são superiores aos custos apurados em unidades hospitalares do SNS”** e que, por doente tratado, **“o sobrecusto rondou, em média, os 48% no triénio (2009-2011), ou cerca de 38% se considerado o efeito da complexidade”**, mas se tivermos em conta **“a capacidade instalada efetiva e disponível do SNS”** o sobrecusto para o Estado rondará os 200%, estima o TC. Assim, **“a poupança estimada ascenderia, no triénio de 2009-2011, a cerca 8,6 milhões se, ao invés do recurso a prestação de serviços no âmbito dos Acordos de Cooperação, os doentes tivessem sido tratados em hospitais do SNS”**.

O TC critica ainda o Ministério da Saúde por este ter aprovado um novo protocolo para 2012/2013, que continua a prever a prestação de serviços na especialidade no HCV, fazendo com que esta unidade funcione como um pretense centro de cirurgia cardiotorácica, com a consequente subutilização da capacidade instalada no SNS.

Assim, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, os Deputados abaixo assinados veem, por intermédio de Vossa Excelência, inquirir o Sr. Ministro da Saúde, do seguinte:

1 – Face ao apontado pelo Tribunal de Contas, vai o Ministério da Saúde manter o protocolo com o Hospital da Cruz Vermelha?

2 – Quais os fundamentos que levaram à assinatura deste novo protocolo, sabendo o Ministério da Saúde dos argumentos apontados pelo TC já em 2011?

Palácio de São Bento, sexta-feira, 1 de Novembro de 2013

Deputado(a)s

JOSÉ JUNQUEIRO(PS)

LUÍSA SALGUEIRO(PS)

MARCOS PERESTRELLO(PS)

JOÃO PAULO CORREIA(PS)

ELZA PAIS(PS)